



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de recurso de Amparo Constitucional n.º 08/2017, em que é recorrente **Judy Iki Hills** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 22/2017

### I – Relatório

**1. Judy Ike Hills**, “mcp Djosa, Ucho ou José”, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que confirmou a pena de prisão em que foi condenado no âmbito do recurso n.º 141/2016, interpôs, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), o presente recurso de amparo, com base nos fundamentos que, sucintamente, se apresentam:

*O recorrente desde o início do processo vem suscitando um conjunto de questões que tem a ver com a interpretação e aplicação das normas constitucionais, por entender que houve vários atropelos a constitucionalidade das normas; competência dos OPC e comunicação ao MP; inconstitucionalidade na interpretação do princípio da livre apreciação da prova; violação dos métodos de obtenção e recolha das provas; violação do Princípio da Igualdade; presunção da inocência; intromissão na Vida Privada; violação do direito de liberdade.*

*Que durante todo o processo o recorrente suscitou a inconstitucionalidade das normas, mas mesmo assim os tribunais recorridos fizeram tábua rasa nas questões que efectivamente lesa os direitos constitucionalmente salvaguardado ao recorrente.*

**1.1.** Concluiu a sua petição da seguinte forma:

*Os atos de investigação da PJ constante dos presentes autos, foram praticados fora do âmbito da sua competência cautelar própria; constituem um método proibido de obtenção de prova, por violação do disposto nos artigos 35.º, n.º 8, CRCV e 178.º, n.ºs 2*

*e 3, do CPP, ou seja, intromissão na casa alheia, violação de correspondência, de telecomunicações e direito à liberdade; os OPC têm uma obrigação genérica de comunicar ao MP todas as notícias do crime de que tenham conhecimento, devendo transmitir também as denúncias; as normas e princípios constitucionais do processo penal cabo-verdiano impõem que a notícia do crime deve ser comunicada ao MP num prazo nunca inferior a 48 horas; qualquer interpretação no sentido de considerar tal comunicação por tempo indeterminado está ferida de inconstitucionalidade, por violação dos artigos 35.º, n.ºs 1 e 6, 41.º e 225.º, CRCV; os factos e elementos de provas junto aos autos permitiam uma outra conclusão ao tribunal recorrido, mas mesmo assim optou por violar princípio da presunção de inocência; há violação do princípio da igualdade previsto no artigo 24º da CRCV;*

**1.2.** Finalmente, formula os seguintes pedidos:

*Seja julgado procedente e revogado o acórdão de 24/07/17 do Supremo Tribunal de Justiça;*

*Seja decidido sobre as inconstitucionalidades suscitadas;*

*Seja condenado o Estado a ressarcir o recorrente de todos os prejuízos sofridos, com a privação da sua liberdade.*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, em douto parecer, defendeu a rejeição deste recurso, porquanto, para além deste estar em desconformidade com o estabelecido na *al. c) do artigo 8.º da Lei do Amparo, não se mostra minimamente que tenha havido violação de nenhum direito, liberdade e garantia amparável.*

3. Concluso o processo, o Relator houve por bem mandar oficialiar o 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia no sentido de remeter, a título devolutivo, os autos crime de recurso n.º 141/2016, no âmbito dos quais foi julgado e condenado o recorrente. Refira-se que os referidos autos já se encontram apensos, por linha, ao processo em apreço.

4. O Plenário desta Corte, por Acórdão n.º 21/2017, de 5 de outubro, ordenou que o recorrente fosse notificado para, querendo, e no prazo máximo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso: *indicar com precisão o ato, facto ou a omissão que, na sua opinião, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais; indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias que julga terem sido violados pela decisão recorrida; reformular o pedido, indicando o amparo que entende dever ser-lhe concedido, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo.*

De acordo com a certidão junta a fls. 47 dos autos, o recorrente foi notificado do referido acórdão no dia 23 de outubro de 2017, e, no dia 25 de outubro de 2017, apresentou a peça processual constante de fls. 48 a 52, a qual será oportunamente apreciada.

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

## **II – Fundamentação**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

- a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*
- b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, P.217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O seu caráter extraordinário traduz-se na necessidade de se estar perante uma violação real, efetiva e direta de um direito ou liberdade fundamental catalogado como suscetível de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

*O recurso não será admitido quando:*

*a) Tenha sido interposto fora do prazo;*

O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.

O recorrente não se dignou juntar a certidão de notificação do acórdão recorrido, inobservando um dos seus deveres previstos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei do Amparo.

Nos presentes autos, tal omissão não impede o Tribunal de se pronunciar sobre a tempestividade deste recurso.

Com efeito, tendo o Acórdão recorrido indicado que o mesmo foi proferido no dia 24 de julho de 2017, e a petição de recurso dado entrada na secretaria deste Tribunal no dia 8 agosto de 2017, o presente amparo considera-se tempestivamente interposto, independentemente da data em que o Acórdão n.º 53/2017, de 24 de julho tenha sido notificado ao recorrente.

*b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;*

Ficou consignado no relatório que o recorrente fora notificado para, querendo e no prazo legal, aperfeiçoar a petição de recurso, tendo, na sequência disso, apresentado a peça processual constante de fls. 48 a 52, a qual, seguidamente, será apreciada.

De acordo com a certidão junta a fls. 47 dos autos, o recorrente foi notificado do Acórdão n.º 21/2017, de 5 de outubro, no dia 23 de outubro de 2017, e, no dia 25 do mesmo mês e ano, apresentou a peça processual a que se fez referência no parágrafo antecedente. Considera-se, portanto, que a referida peça processual foi apresentada no prazo de dois dias estabelecido no n.º 1 do artigo 17.º da Lei do Amparo.

Importa, agora, verificar se o recorrente cumpriu as determinações constantes do acórdão através do qual foi convidado a corrigir a sua petição de recurso.

Como já foi referido, porque a petição de recurso não observava os requisitos previstos nas alíneas b), c), d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo, este Tribunal, através do Acórdão n.º 21/2017, de 5 de outubro, decidiu ordenar a notificação do recorrente para suprir as deficiências de que padecia a petição de recurso, sob pena da sua rejeição.

Exigiu-se-lhe que cumprisse as seguintes determinações:

*Indicar com precisão o ato, facto ou a omissão que, na sua opinião, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;*

*Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias que julga terem sido violados pela decisão recorrida;*

*Reformular o pedido, indicando o amparo que entende dever ser-lhe concedido, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo.*

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente respondeu especificadamente a todas as determinações do Acórdão n.º 21/2017, de 5 de outubro.

Senão vejamos:

Relativamente aos deveres de indicar com precisão o ato, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais, mas também de precisar os direitos, liberdades ou garantias fundamentais que julga terem sido violados pelos mesmos atos, factos ou omissões, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais, nota-se claramente que, no essencial, o recorrente compreendeu o alcance do que lhe foi solicitado e conseguiu precisar os atos factos e omissões, indicando, inclusivamente, as folhas dos autos crime de recurso n.º 141/2016, onde tais factos se encontram registados; connexionou-os com os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais que, na sua opinião, resultaram violados, tendo ainda mencionado expressamente as normas e os princípios jurídico-constitucionais que, na sua perspetiva, terão sido beliscados, designadamente os princípios da presunção de inocência, os direitos à inviolabilidade do domicílio e de correspondência dos artigos 35.º, 42.º e 43.º da Constituição, respetivamente.

Refira-se que não persistiu na alegada discriminação em razão da nacionalidade, o que poderia configurar-se uma violação do princípio da igualdade.

No que diz respeito à exposição das razões de facto que fundamentam a petição, resumiu-as, expurgou as considerações doutrinárias e jurisprudências, as quais, sempre que não se encontrem devidamente enquadradas e segregadas das questões de facto tolhem a compreensão destas últimas.

Quanto ao pedido de amparo, apesar de o recorrente ter retomado a questão de inconstitucionalidade, presume-se que o fez mais para fundamentar a sua discordância em relação à interpretação das normas com base nas quais foi condenado do que pedir ao Tribunal Constitucional que as declare inconstitucionais.

Veja-se que, bem diferente da petição inicial, em que, numa alínea autónoma, pedira que o Tribunal decidisse sobre as inconstitucionalidades suscitadas, agora, veio requerer que o Tribunal decida sobre as inconstitucionalidades suscitadas e consequentemente restabeleça os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados. Considerando que o recorrente já tinha identificado os direitos alegadamente violados, ao pedir que estes sejam restabelecidos, dá-se por reformulado o pedido de amparo que entende dever ser-lhe concedido.

O recorrente não insiste no pedido para que o Estado seja condenado a ressarcir-lhe de todos os prejuízos sofridos com a privação da sua liberdade.

Na apreciação formal da fundamentação do recurso de amparo o Tribunal Constitucional, nos seus sucessivos arestos, tem considerado que mais importante do que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Assim sendo, considera-se, pois, aperfeiçoada a petição de recurso no que concerne à fundamentação.

*c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer;*

Adotando o conceito de legitimidade recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do CPC, tem legitimidade ativa quem tiver interesse direto em demandar.

Parece, pois, evidente que o recorrente tem legitimidade, atento o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da lei do amparo.

*d) Não tiveram sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso*

Essa causa de inadmissibilidade do recurso de amparo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos, liberdades e garantias fundamentais que implica que a violação desses direitos não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo: *“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”*

Por conseguinte, o esgotamento das vias de recurso ordinário pressupõe que a violação dos direitos, liberdades e garantias decorrente do ato ou omissão imputável ao órgão judicial tenha sido expressa e formalmente invocada no processo logo que o interessado dela tenha conhecimento e que tenha sido requerida a sua reparação, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei do Amparo.

Na verdade, esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/17, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

Tratando-se de potencial violação de direitos, liberdades e garantias imputada a um Acórdão proferido por mais alta instância judicial da ordem comum, exige-se que o interessado demonstre ter arguido a violação do direito em termos perceptíveis, ter requerido a sua reparação e que esta não tenha sido feita.

Compulsados os autos, designadamente o Acórdão recorrido, verifica-se que o recorrente invocou e requereu expressamente a reparação da violação do princípio da presunção de inocência, dos direitos à inviolabilidade do domicílio, de correspondência e telecomunicações dos artigos 35.º, 42.º e 43.º da Constituição, respetivamente, tendo o Egrégio STJ se pronunciado especificamente sobre cada um dos direitos fundamentais alegadamente violados.



Não se conformando com a decisão do STJ que negou provimento ao seu recurso, do qual já não cabia qualquer impugnação ordinária, veio apresentar o presente recurso de amparo cuja admissibilidade está-se a apreciar.

Fica, assim, demonstrado que o recorrente esgotou todos os meios legais possíveis e adequados de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo antes de interpor o presente recurso, pelo que se considera observado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e, consequentemente, respeitado o pressuposto da alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.

*e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como susceptíveis de amparo*

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

Conforme a petição de recurso, terão sido violados o princípio da presunção de inocência, os direitos à inviolabilidade do domicílio, de correspondência e telecomunicações dos artigos 35.º, 42.º e 43.º da Constituição.

A fundamentalidade desses dois direitos alegadamente violados é, por conseguinte, evidente. Desde logo pela sua inserção sistemática na Lei Magna na Parte II, Título II sobre “Direitos, Liberdades, Garantias Fundamentais” e Capítulo I sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

Respeitante à conexão entre os factos concretos alegados no recurso e os direitos fundamentais invocados, ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, o Tribunal não pode, nesta fase, pronunciar-se, com a certeza que se lhe exige, pela inviabilidade do pedido.

Devido à incerteza sobre a conexão entre os factos e os direitos alegadamente violados e a viabilidade do pedido, mostra-se prematuro afirmar-se que manifestamente não está em

causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo. Pelo que a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase em que se aprecia o mérito do recurso.

*f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recuso com objeto substancialmente idêntico*

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

**3.** Pelo exposto, conclui-se que não se verifica nenhum motivo que pudesse justificar a inadmissibilidade deste recurso.

### **III - Decisão**

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso.

Registe e proceda-se à distribuição.

Praia, 9 de novembro de 2017.

*João Pinto Semedo* (Relator),

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado.*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 10 de novembro de 2017.

Pel'O Secretário,

*Adérito Monteiro*